

Democracia e Direitos na República Negra da América

*Fabiana Bezerra Nogueira**

Há demasiados médicos na cabeceira do enfermo e a maioria desses médicos são economistas (Ricardo Seitenfus¹).

O antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, na obra *Silencing the past: Power and Production of History* (TROULLOT, 1995), chama a atenção para as ambiguidades da história, distinguindo-a como processo e como narrativa. O autor adverte que narrar a história é também fazê-la, pois a narrativa é um processo ativo de poder e a posição ocupada pelos sujeitos históricos define a escolha dos fatos a serem inscritos como história. Assim, o silenciamento da história do Haiti diante da grande façanha de uma Revolução que se configurou como um fato impensável pelo colonizador europeu, marco fundador da nação haitiana, se associa ao silenciamento dos povos encontrados pelo caminho da chamada conquista da América, evidenciando o poder de narrativa do vencedor. Esse evento que colocou o continente americano no mapa e na história da Europa, na prática, significou a maior usurpação de terras, metais preciosos, culturas e vidas da história da humanidade. O primeiro encontro dos nativos americanos com os europeus já anunciava o genocídio que viria, pois ao encontrar os índios:

Colombo e os seus provavelmente se perguntaram: “serão estes índios seres humanos?” Em 1492, o que os europeus chamavam “humanidade” estava formada, sobretudo, pela Europa e alguns povos distantes conhecidos. Porém, os caribenhos e caribenhas não eram como os hindus e tampouco como os espanhóis. A diferença era enorme. A primeira resposta à pergunta foi muito simples: “a humanidade somos nós. Eles não são humanos, são bárbaros.” Nesta resposta começa um longo capítulo de dor na história da América... (MONTROYA, 1992, p. 17).

A negação da humanidade foi o primeiro elemento que fundamentou o genocídio. “Não são como nós”, são “infiéis”, ‘pagãos’, ‘idólatras’, ‘bárbaros’, ‘tiranos’, ‘brutos’, ‘imperfeitos’, ‘nescios’, ‘sodomitas’” (MONTROYA, 1992, p. 17).

* *Historiadora e Mestre em Ciências pelo programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

Assim começa a história da América contada pelo europeu colonizador. E em grande parte do continente americano, o genocídio e o etnocídio ocorreram em “nome de Deus” e da “santa amada Igreja”.

Assim, os habitantes da ilha *Quisqueya*², batizada por Colombo de *Hispaniola*, foram praticamente dizimados nos trinta primeiros anos de colonização. “Essa população, de aproximadamente 250 mil habitantes, era composta por duas etnias: os chemés e os tainos. Nos primeiros dez anos de colonização, houve um descenso de aproximadamente cem mil índios” (SCARAMAL, 2006, p. 15). Não precisou de muito mais tempo para que o genocídio desses povos fosse completo naquela ilha.

Com a diminuição da população, causada, principalmente por maus tratos e epidemias, a coroa espanhola introduz o negro como mão de obra escrava. Justificava-se a utilização dos negros como escravos em substituição à mão de obra nativa, com a afirmativa da inadaptabilidade do nativo ao sistema de trabalho. O rentável tráfico negreiro trouxe a América africanos de diversas etnias que, assim como os índios, foram tratados como “não humanos”, considerados como propriedades. Inicialmente, os negros escravizados foram trabalhar nas minas auríferas, já em decadência. Logo depois, passaram para o trabalho na produção de cana-de-açúcar e criação de gado. Mas em meados do século XVI, a descoberta de ouro e prata no México e nos Andes e a ascensão de Cuba como centro da administração no Caribe, os espanhóis desativaram parcialmente a colonização na ilha, que se tornou um posto de abastecimento.

O abandono espanhol das suas possessões caribenhas durou aproximadamente dois séculos. Em fins do século XVII o interesse de outras metrópoles, como França, Grã-Bretanha e Holanda na região levou à ocupação de diversas ilhas por essas nações. Assim, a França se apropriou da parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, aproximadamente um terço dela e, em 1697 reivindicou sua posse, confirmada com o Tratado de *Ryswick*. Sob o domínio francês, parte da ilha de *Hispaniola* passou a ser conhecida como *Saint Domingue*.

Segundo Scaramal (2006, p.18), somente “a partir do ano de 1670, *Saint Domingue* começou a funcionar como uma verdadeira colônia.”, vindo a tornar-se, apenas meio século depois, um próspero empreendimento colonial.

A partir do século XVIII, houve um crescente aumento na demanda por açúcar na Europa e, por conseguinte, por escravos nas colônias. A colônia de *Saint Domingue* beneficiou-se também do Tratado de *Utrecht* (1713-1714), que concedeu à Inglaterra trinta anos no monopólio do tráfico de escravos para as Índias Ocidentais [...] O aumento do tráfico de escravos nesse período foi vertiginoso: 180.000, de 1700 a 1760; 80.000, de 1760 a 1780; e, 200.000 escravos em apenas dez anos, de 1780 a 1790.

A população de São Domingos, que era no ano de 1700 estimada em 13,5 mil passou a 500 mil habitantes noventa anos depois (SCARAMAL, 2006, p.18).

Em pouco tempo, *Saint Domingue* se tornava a colônia francesa mais próspera. O comércio de açúcar com os Estados Unidos da América elevou a produção e a ilha passou a ser conhecida como “*La perla de las Antillas*”.

Do ponto de vista social, *Saint Domingue* apresentava um arranjo social complicado e conflitante. Segundo Scaramal, à época da Revolução Francesa, a população de *Saint Domingue* era formada por, aproximadamente, “500 mil negros, 40 mil mulatos e 36 mil brancos” (SCARAMAL, 2006, p.19). Apesar da maioria esmagadora da população ser composta por negros escravizados, havia ainda alguns negros libertos e um grupo considerável de mulatos, que recebiam tratamento diferenciado, mas que tinham direitos civis limitados. Assim, a população era um verdadeiro emaranhado de relações de “cores” e posições:

A descendência de brancos, pretos e mestiços tinha 128 divisões. O verdadeiro mulato era de uma negra pura com um branco puro. A criança de um branco com uma mulata era um quadrarão, com 96 partes de branco e 32 partes de preto. Mas, o quadrarão poderia ser produzido pelo branco e pela marabu na proporção de 88 por 40, ou pelo branco e pela sacrata, na proporção de 72 para 56 e assim por diante até 128 variedades. Mas o sang-melé, com 127 partes brancas e uma negra, continuava sendo um homem de cor (JAMES, 2000, p.49).

Havia, também, divisão entre os brancos em dois segmentos: *grands blancs*, formado por grandes fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais; e os *petits blancs*, que eram os pequenos lojistas e artesãos. A tensão entre esses grupos era constante. Muitos negros resistiram aos trabalhos forçados e a *marronage*³ crescia cada vez mais. Para controlar a imensa massa de escravos os senhores atuavam de forma cruel, com castigos que desconsideravam qualquer traço de humanidade. Tal tratamento era justificado pela necessidade de segurança dos brancos. Em uma carta escrita ao ministro da França, o governador da Martinica dizia que “[...] a segurança dos brancos exigia que mantivéssemos os negros na mais profunda ignorância. Cheguei a ponto de acreditar firmemente que os negros deveriam ser tratados como animais” (Apud JAMES, 2000, p.31).

Por volta de 1740, uma revolta de escravos, liderada por um negro conhecido por Ti Noel, e outra levada a cabo por Mackandal⁴, figura lendária, em fins da década de 1750, inauguraram a efervescência que iria culminar com a Revolução haitiana a partir de 1791.

Não fosse o comedimento necessário ao historiador, se pudesse ousar e aceitar a literatura como provocação, poder-se-ia dizer que essa resistência silenciosa romper-se com o urro de um escravo mandinga, ao ter seu braço decepado na moenda de cana-de-açúcar. Pudesse continuar aceitando a provocação literária, tal historiador diria: mais que um urro, o que se ouvira em uma fazenda do Limbé, região setentrional de *Saint Domingue*, foi o bramido de revolta daquele que se tornaria o líder da primeira insurreição de escravos em *Saint Domingue*, François Mackandal (SCARAMAL, 2006, p. 30).

A partir daí, diversas sublevações escravas eclodiram em *Saint Domingue*, tanto nas plantações como nas áreas urbanas, engrossando o caudal revolucionário dos escravizados. Os anos e as revoltas foram extremamente violentos (NOGUEIRA, 2015, p. 6). O ódio ancestral, alimentado pela fé nas práticas mágicas do *vodu*, levaram os negros a destruírem engenhos e cafezais, fazendo se cumprir o que há tempos cantavam nas plantações: “*Ê! Ê Bomba! Heu! Heu! Canga, bafio te! Canga, bafio te! Canga mouné de lé! Canga, do Ki la! Canga li!*”⁵ (JAMES, 2000, p.32).

Enquanto isso, do outro lado do atlântico, fervilhavam os acontecimentos na França revolucionária. Em 1794, foi proclamado o fim da escravidão nas possessões francesas ultramar e em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o que não foi colocado em prática na colônia.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão impressionou os colonos, provocou medo em parte deles. Os deputados colonos fizeram de tudo para proibir a promulgação do documento, com medo de uma possível revolta dos livres de cor e dos escravos. No final do século XVIII, os ideais da Revolução Francesa começam a se difundir pelo mundo: liberdade, igualdade e fraternidade. A Revolução Haitiana foi uma aplicação desses ideais da Revolução Francesa nas Américas, O impulso revolucionário chegou à ilha de São Domingos trazido da França pelo escravo liberto Vicent Ogé, líder de um movimento armado contra os brancos. (HANDERSON, 2010, p. 44)

Os colonos negaram a aceitação do Direito Constitucional vindo da França e negligenciavam, inclusive, o *Code Noir* de 1685, que previa alguns direitos e igualdade política entre colonos e negros libertos. Assim, Vicente Ogé iniciou uma luta armada contra os brancos, em defesa dos direitos políticos e igualdade dos libertos de cor, mas logo foi derrotado e morto. A maioria dos colonos era contrária a concessão de direitos a homens negros, mesmo que fossem libertos.

Por outro lado, os homens livres de cor continuaram articulando-se para defender os seus direitos civis como garantia a nascente Constituição Francesa, mas só foram atendidos após iniciadas as insurreições escravas⁶.

Nas montanhas, os *marrons* se preparavam para uma batalha que ia além. Assim, a luta pela independência da metrópole francesa teve início em 1791 com a célebre cerimônia de *Bois-Caiman*⁷ conduzida por Boukman⁸, na qual vodu e revolta se uniram para combater os senhores brancos. Em seguida, passa a ser liderada por Toussaint Louverture⁹, que em 1793 foi capturado pelas tropas napoleônicas e foi levado para a França, morrendo na prisão. Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo que ascendeu a general nas tropas de Toussaint, assumiu o comando e derrotou a “Armada Invencível” de Napoleão, declarando a independência do Haiti e o fim da escravidão.

Por toda a América eclodiam movimentos por independência política à luz dos ideais liberais. Nesses projetos de independência estavam presentes “as ideias de liberdade, de igualdade jurídica, da legitimidade da propriedade privada, da educação como remédio para os grandes males, da necessidade do império da lei, do progresso e da felicidade geral do povo” (PRADO, 1987, p.12). Mas nesses projetos, em sua maioria, não se pensava em liberdade para os negros escravizados. Estes estavam fora do “ser de direitos”, do “ser humano”. Não eram entendidos como o “Indivíduo”, o “Homem” portador dos direitos, declarados na França, que se pretendiam universais. Para Dessalines, o projeto era diferente: liberdade estava ligada ao fim da escravidão e ao fim de todo o aparato colonial, inclusive os colonos. O ódio aos opressores franceses marcou a atuação de Dessalines. Dizia ele ao povo do Haiti:

Generais intrépidos, que insensíveis às próprias desgraças haveis restaurado a liberdade prodigando-lhe todo vosso sangue, saibam que nada haveis feito se não derdes às nações um exemplo terrível, mas justo, da vingança que deve exercer um povo orgulhoso de ter recobrado sua liberdade e zeloso de mantê-la; amedrontemos os que tentam nos arrebatá-la: comecemos pelos franceses. Que temam ao abordar nossas costas, se não pela lembrança das crueldades que eles exerceram, ao menos pela nossa terrível resolução de condenar à morte todo o francês que ouse pisar com seus pés sacrílegos no território da liberdade (PRADO, 1987, p. 14).

Em 01 de janeiro de 1804 Dessalines proclamou a independência e batizou a nova nação de Haiti¹⁰. Fez cumprir a promessa de vingança e os gritos de “*Koupe tèt, bout Kay*”¹¹ se espalhou por todo o território haitiano, dando início à matança e à expulsão dos brancos da primeira nação negra da América.

O país independente, praticamente destruído, não foi reconhecido pela antiga metrópole e nem pelos Estados Unidos da América, potência em ascensão. Na América escravista, os brancos tinham medo do exemplo haitiano e evitaram qualquer relação com a nova nação independente. O Haiti sofreu um bloqueio econômico das potências e os ex-escravizados passaram a se dedicar à agricultura de subsistência.

Dessalines se proclamou Imperador e não queria continuar o sistema agroexportador, até porque ele tinha mandado queimar todas as plantações. O seu desejo era romper radicalmente com tudo do sistema antigo, tudo o que era francês. Com a volta à economia de subsistência, o Haiti saiu do mercado mundial do açúcar. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional, pois já desde o período de colonização, o Haiti apresentava uma economia primária (HANDERSON, 2010, p. 55).

Uma nação negra em um continente escravista, onde o negro é um “ser inferior” e incapaz de ser portador de direitos, tampouco de se autogovernar, só pode gerar, além da ausência de aceitação, inúmeras tentativas de combatê-lo. Os ideais ocidentais-colonizador, imbuídos também em muitos grupos de haitianos, como também a ausência de modelos de governo que não o francês, os levaram a conflitos políticos permanentes. Dessalines foi assassinado em 1806, por um grupo de proprietários de terras contrários ao seu projeto de reforma agrária.

O Haiti foi dividido em dois - revelando um forte antagonismo entre os livres de cor, chamados *mulâtres* e os *noirs*, identificados como os descendentes dos antigos escravos - ao norte, um reino conduzido pelo *noir* Henri Christophe e, ao sul, uma república governada pelo *mulâtre* Alexandre Pétion. A unificação veio com a ascensão de Jean Pierre Boyer (1820), representante dos *mulâtres* que se orgulhavam de nunca terem sido escravos e de serem descendentes dos brancos, sentindo-se, assim, mais aptos para governar, já que acreditam que antigos escravos não teriam legitimidade para ocupar os cargos de direção de uma nação civilizada.

Para reconhecer a independência do Haiti, a França cobrou uma alta indenização e Jean Pierre Boyer “tentando superar o drama da rejeição da Europa imperialista à sua República Negra” (HANDERSON, 2010, p. 57) aceitou os termos do acordo proposto pelos banqueiros e em 1838, a França reconheceu a independência do Haiti. Assim, o Haiti passou os próximos 45 anos dedicando-se ao pagamento de sua liberdade.

Após a independência, o Haiti não logrou estabilidade política. Até 1915 o país havia se defrontado com mais de vinte mudanças de governo. Crises recorrentes em um país geograficamente tão próximo dos Estados Unidos da América conformariam as justificativas para intervenção e ocupação de natureza militar promovida pelo governo estadunidense e destinada a perdurar até 1934. Segundo Laënnec Hurbon, nesse período “o Haiti conheceu a mais terrível humilhação de sua história: a colonização americana” (HURBON, 1987, p. 70).

Nos dezenove anos de ocupação estadunidense, o país experimentou algum tipo de progresso econômico, mas de modo algum a tranquilidade e a paz social. Ações dessa ocupação trouxeram consequências irreparáveis para o Estado e o povo haitiano. Do ponto de vista governamental, foi implantado um novo sistema e forma de governar nos moldes estadunidenses, inclusive, em 1918, uma nova constituição escrita por Roosevelt, anulava todas as leis haitianas que proibiam aos estrangeiros se tornarem proprietários de terras no Haiti. Assim, o presidente Roosevelt afirmava que atrairia investidores estrangeiros que não iriam investir onde não pudessem ser proprietários (SEGUY, 2014, p. 176). *Port-au-Prince* foi transformada em metrópole, com uma grande concentração dos aparatos administrativos e econômicos na capital, como também de educação e cultura, o que causou o aumento demográfico na cidade e a constituição de uma periferia sem nenhuma infraestrutura.

A ocupação americana no Haiti marcou o primeiro grande fluxo migratório internacional de haitianos, tendo como principais destinos Cuba e República Dominicana (também ocupada pelas forças armadas estadunidenses a partir de 1912). A política imposta pelos Estados Unidos no Haiti culminou na expropriação de terras de muitos camponeses, retirando deles as condições de sua subsistência e destruindo a própria base da economia haitiana (PATRICE, 2017), o que resultou num intenso êxodo rural e na migração internacional.

Durante a ocupação americana no Haiti, os invasores também buscaram reforçar a ideia de incapacidade dos negros de se autogovernarem (o que legitimava a ocupação), ao mesmo tempo em que formavam uma elite haitiana, acordada nos seus valores e aliada em detrimento da população camponesa, dita selvagem, num bem elaborado discurso de desumanização dos haitianos e de marginalização do vodu.

Outras medidas como o desarmamento da população camponesa, a dissolução do exército, o estabelecimento de trabalho forçado (corveia) nas obras públicas, mobilizaram os ânimos autonomistas, antibranços e antimulatos, uma vez que

durante a ocupação americana no Haiti, esses últimos (os americanos) reforçaram o setor mulato da população que monopolizaram os cargos públicos das Universidades,

dos serviços diplomáticos, do comércio exterior etc. A resistência organizou-se, então, sob os planos políticos e ideológicos (HANDERSON, 2010, p. 58).

Assim, de 1916 a 1920, a revolta dos *Cacos*, na qual camponeses que foram duramente reprimidos pela ocupação, sob o comando de Charlemagne Péralte, semeou o terror entre a elite de *Port-au-Prince* e colocou em alerta os invasores. Durante todos esses anos da revolta, os *marines* estadunidenses, agiram de forma extremamente violenta, matando muitos desses camponeses, que não se intimidaram mesmo quando o seu líder foi capturado e crucificado sob a bandeira do Haiti. Mais uma vez os *marrons* haitianos se levantaram contra a opressão e durante todo o processo de resistência dos *Cacos* manifestou-se, mais uma vez, a força do vodu, que reaparece na década de 1920 como parte de outra resistência, o movimento indigenista, fundado por J. P. Mars que “conclama os haitianos a recusarem todo complexo de inferioridade por causa do vodu e a, pelo contrário, procurarem encontrar nele a sua originalidade” (HURBON, 1987, p. 71). A Igreja Católica fez grandes campanhas contra o vodu e, tanto o vodu como a língua crioula¹², eram considerados sinais de atraso e contrários à civilização, afastando o haitiano desses dois elementos que lhes davam unidade e fundamentavam a sua existência, enquanto povo e nação.

Diante do racismo da ocupação americana, o vodu será considerado como expressão de “haitianidade”, algo que pode reconstituir a autonomia cultural perdida. Mas a escola indigenista¹³ que nascera à sombra de J. P. Mars será caracterizada por certas ambiguidades. Desde a crise de 1946, que não chegou a ser uma revolução no país, proprietários de terra e pequenos burgueses negros agitaram a bandeira do nacionalismo por uma participação no poder econômico e político até então controlado pela burguesia mulata. O governo Duvalier, que se pretendia intérprete do movimento indigenista e apelava para as tradições africanas a fim de “salvar” o país, beneficiava apenas as classes médias. Sabe-se a que desastre o país foi conduzido e isso nos convida a não separar o problema cultural do povo haitiano da situação econômica e política das classes mais exploradas do país (HURBON, 1987, p. 71-72).

Em 1957, o médico François Duvalier, oriundo da classe média, elegeu-se presidente, democraticamente, defendendo a devolução do poder aos negros, os reais promotores da liberdade no Haiti. Conhecido como *Papa Doc* declarou-se, em 1964, sete anos após sua posse, presidente vitalício e submeteu o país a

uma ditadura cruel, até sua morte em 1971, quando foi substituído por seu filho, Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*, também nomeado presidente vitalício. *Papa Doc* vinculou-se às oligarquias, à hierarquia eclesiástica, à tecnocracia estatal e a setores centrais da burguesia para criar e manter o regime vitalício. Duvalier organizou seu próprio instrumento de controle, *os tontons macoutes*, uma milícia paramilitar com base no voluntariado. Esse grupo garantiu o monopólio da força pela presidência da república. Em 1971, ano da morte de seu pai, *Baby Doc* assumiu a presidência também de forma igualmente autoritária.

O regime ditatorial colocou para fora do país milhares de haitianos, marcando o segundo grande fluxo migratório, tendo os Estados Unidos da América como principal destino, mas não o único. Segundo Icart, esse período foi marcado pela diversidade de destinos e a coexistência de praticamente todos os tipos de migração (escolar, sazonal, permanente, de exílio, fugas de cérebros, legais e ilegais) (ICART, 1987).

Em 1986, fortes pressões de diversos setores da sociedade haitiana, contrários ao autoritarismo desenfreado e à repressão que marcavam o governo de *Baby Doc*, atingiram seu ápice com um levante popular que levou à queda do presidente, obrigado a deixar o país. Em sete de fevereiro de 1986, após quase trinta anos de ditadura, o Haiti passou a ser administrado por governos provisórios que não conseguiram vencer as dificuldades políticas, econômicas e sociais do Estado, aprofundadas durante o período da dinastia Duvalier. Em 1988, as eleições consagraram a vitória do candidato da situação, Leslie Manigat, que permaneceu no poder por poucos meses. Assim, muitos presidentes se sucederam no governo do Haiti, sendo derrubados por golpes. Em março de 1990, instalou-se um governo civil transitório, liderado pela juíza Ertha Pascal-Trouillot, que convocou eleições para dezembro de 1990.

O sufrágio, realizado com monitoramento internacional, deu a vitória a Jean-Bertrand Aristide, ex-padre adepto da Teologia da Libertação, que recebeu apoio dos diversos grupos de esquerda. Aristide tomou posse em fevereiro de 1991 e, poucos meses depois, foi deposto por um golpe de estado promovido por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país. O Presidente deixou o país em busca de asilo nos Estados Unidos da América e o governo militar responsável pelo golpe nomeou o civil Marc Bazin, como Primeiro-Ministro.

Enquanto isso, os Estados Unidos da América preparavam uma intervenção de forma a enfraquecer o governo militar, instrumentalizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que consistia em uma negociação amigável e, caso não houvesse êxito, estabeleceria embargo econômico e de colaboração técnica com o país. Nos anos que se seguiram, o embargo se tornou total, mas longe de atingir a elite que sustentava o golpe, causou grandes danos à população trabalhadora.

Além do fechamento de milhares de postos de emprego, o embargo causou o aumento no preço dos alimentos básicos (o arroz teve aumento de 137%) acarretou a diminuição de refeições diárias de muitas famílias haitianas. Os serviços de tratamento de água e de saúde foram reduzidos drasticamente, causando um completo desmantelamento da infraestrutura básica, já precária, em todo o país. A partir de 1993, os enfrentamentos cresceram significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um quadro econômico cada vez mais desalentador. Os movimentos de esquerda, apoiadores de Aristide, foram desmantelados e muitas lideranças deixaram o país, causando um vácuo de alternativas políticas. Assim a deportação de Aristides marcou o terceiro fluxo migratório do Haiti. Handerson, citando Wooding e Moseley-Williams, afirma que nesse período mais de 100 mil haitianos deixaram o país. “Alguns dirigiram-se para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantánamo, Cuba e para os Estados Unidos” (HANDERSON, 2015, p. 73).

No Haiti, a precariedade forjada nesse período por todos os embargos e agravamentos da crise com a entrada de forças armadas da ONU, que abriu as portas à ajuda internacional, que fez do Haiti o grande negócio para ONGs e, assim, ainda em 1993, com a justificativa de monitorar as violações aos direitos humanos denunciados pelo presidente deposto, foi criada a *International Civilian Mission in Haiti*, missão conjunta das Nações Unidas com a Organização dos Estados Americanos, que permaneceu no país até 1994, quando foram expulsos pelo governo provisório haitiano. Uma nova ocupação estadunidense trouxe, nesse momento, Aristides de volta ao poder, mas com um novo direcionamento político. “Dos acordos da reconversão política de Aristides fazia parte a promessa de Bill Clinton de ajuda econômica à ilha para facilitar as duras políticas neoliberais a serem implementadas” (HANDERSON, 2010, p. 59). Então, usando como justificativa a escalada de violência, de repressão e de abusos de direitos humanos, com a falência das medidas políticas e diplomáticas da OEA (Organização dos Estados Americanos) e sem que os mecanismos multilaterais de pressão econômica e comercial se fizessem valer, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi acionado e aplicado pela primeira vez no hemisfério. Desse modo, o controverso capítulo VII da Carta das Nações Unidas, através da Resolução 940¹⁴ foi colocado em prática. No entanto, a intervenção militar resultaria no fato inédito de o presidente deposto ser recolocado no poder com a participação da comunidade internacional. Aristide voltou à presidência do Haiti, e no ano seguinte promoveu nova eleição.

Em 2001 ele foi reeleito, sob acusação de corrupção e fraude nas eleições. Uma vez tendo chegado ao poder, Aristides atingiu um grande descontentamento de diversos setores sociais e dois movimentos contrários a ele se formaram: o

movimento social haitiano que queria a deposição de Aristides e a moralização política e social do país, e o movimento formado por integrantes do ex-exército haitiano, dissolvido por Aristides em 1994, que invadiu o Haiti a partir da República Dominicana para depor o presidente e impor um governo autoritário. Assim, em 2004, Aristides deixa o Haiti, de forma controversa.

A saída de Aristides foi promovida pelos Estados Unidos por ação do General Collin Powell. Segundo Aristides, ocorria, naquele momento no Haiti, um golpe contra o Estado haitiano legitimado pelas forças internacionais. De acordo com Aristides, em entrevista concedida pelos meios de comunicação, ele foi forçado a subir em um avião e desde aquele momento se encontra na África do Sul (HANDERSON, 2010, p. 60).

Com a saída de Aristides, o poder foi tomado por uma Força Interina Multinacional (MIF), formada por estadunidenses, franceses e canadenses, que levantava a bandeira de “restauradores da democracia”. Mais tarde, em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança estabeleceu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), amparada no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A MINUSTAH foi instalada como “missão multidimensional e integrada”, com a missão de promover a paz e a estabilidade política e social no país, sendo comandada pelo Brasil e composta por diversos países, como Argentina, Chile, Nepal, Sri Lanka, Uruguai, entre outros.

Desde o início de sua missão, a MINUSTAH vem sendo acusada de diversos abusos e violência contra a população haitiana, o que mostra as contradições das missões ditas de paz promovidas pela ONU.

No dia 12 de janeiro de 2010 um terremoto de grau 7,3 na escala *Richter* atingiu o Haiti. O tremor teve seu epicentro em *Port-au-Prince*, capital do país, matando cerca de 300.000 pessoas¹⁵, criando um grande número de desabrigados e reduzindo a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, o que agravou profundamente a situação humanitária do país. Nos dias que se seguiram, a mídia internacional dedicou-se a levar ao mundo as imagens do desastre que só agravava a “tragédia” que é uma nação negra, como também, o empenho do mundo “civilizado” em promover ajuda e solidariedade.

O terremoto parece ter alargado as portas de entrada do Haiti para todo tipo de negócio estrangeiro, ao mesmo tempo em que abriu enormes crateras onde se encontra a população mais pobre na difícil tarefa de sobreviver. É visível a exploração da tragédia revestida de solidariedade. A presença estrangeira, em certa medida, piorou a condição de vida do haitiano, pois os alugueis, os serviços e muitos produtos passaram a ser cobrados em dólar americano de

forma que só os *blanc* e a elite podiam pagar. Construiu-se, assim, um abismo entre a população local e os estrangeiros que ali se apresentavam como os seus salvadores. É escandalosa a forma como viviam e vivem os estrangeiros, em sua maioria ligados às ONGs, em meio às necessidades básicas do haitiano comum. É como muito bem observou o brasileiro Ricardo Seitenfus, que em 2010 era Representante Especial do Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti e assim se referiu ao problema do apoio: “a reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não para o Haiti, mas para fazer negócios”¹⁶.

Esse cenário de tragédia pareceu ser a oportunidade ideal para colocar em prática, planos econômicos que já vinham sendo desenvolvidos pelo governo estadunidense que, mais uma vez, desejava transformar o Haiti em seu “quintal”. O estabelecimento de zonas francas em diversas regiões do Haiti, expulsando camponeses de suas terras e, conseqüentemente, de sua subsistência e estabelecendo relações de trabalho similares à escravidão, é denunciado pelo sociólogo haitiano Franck Seguy em sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2014¹⁷, na qual analisa um relatório produzido em 2009 por Paul Collin, professor de Economia da Oxford, a mando do governo estadunidense (SEGUY, 2014, p. 84-85).

Levando em conta que esse relatório serviu de base para o plano de reconstrução do Haiti depois do terremoto, a comissão coordenada pelo ex-presidente estadunidense Bill Clinton está trabalhando em prol de uma economia internacional, usando como desculpa a solidariedade prestada às vítimas da “tragédia histórica” que é o Haiti a partir do olhar da civilização ocidental.

Mesmo nos anos que se seguiram ao terremoto, a promessa de reconstrução do país não aconteceu de forma eficiente, deixando de incluir grande parcela da população, que permaneceu à margem. As instalações de zonas francas para indústrias de vestuários estadunidenses, antes de criar oportunidades, criaram situações de subempregos com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. As ruas de *Port-au-Prince* são tomadas por comércios informais, que disputam as calçadas com os transeuntes, vendendo toda espécie de produtos. Do sucesso da venda, em muitos casos, dependem a alimentação da família e a possibilidade das crianças frequentarem a escola que, em sua maioria, são privadas e confessionais.

Assim, a emigração se constitui como possibilidade de melhores condições de vida, busca de oportunidade de trabalho e estudos, como já é tão presente na história do Haiti. Para muitos desses haitianos e haitianas que deixaram o país, o Brasil tornou-se um destino possível e uma alternativa aos destinos clássicos na mobilidade haitiana (República Dominicana, Estados Unidos, França, Bahamas, Martinica, Guadalupe e a Guiana Francesa). Desde o ano de 2010, registra-se

a chegada de haitianos ao Brasil, principalmente pela fronteira norte do país. O que, inicialmente pareciam casos isolados, foi se tornando um fluxo cada vez maior, tendo o seu ápice entre 2013 e 2014 e findando o ano de 2015 com cerca de 60.000 haitianos vivendo no Brasil¹⁸, no que se configurou no quarto grande fluxo migratório haitiano.

Diante de toda a história de luta, conquista e reconquista do Haiti, é possível perceber a afirmação do escritor uruguaio, Eduardo Galeano, de que o Haiti jamais será perdoado por ter “cometido o delito da dignidade” (GALEANO, 2010). O pretexto do caos e a ideia de que “negros são incapazes de se autogovernarem” foram e, permanecem sendo, as armas utilizadas para as tentativas de subjugar o povo haitiano aos interesses externos. A ideia de que o Haiti sobrevive das “migalhas” oferecidas pela solidariedade do mundo ocidental esconde as verdadeiras razões que fizeram do Haiti o país mais pobre das Américas.

As dificuldades do Haiti não se deveram, com o passar do tempo, somente ao domínio da agricultura de subsistência e à ausência de perspectivas econômicas mais elevadas. Deveram-se também, e não menos, à quarentena, que lhe impuseram até mesmo as nações latino-americanas recém-emancipadas. Quando exilado, Simon Bolívar encontrou abrigo no Haiti, onde recebeu de Pétion proteção, ajuda financeira, dinheiro, armas e até uma prensa tipográfica. No entanto, Simon Bolívar excluiu o Haiti dos países latino-americanos convidados à Conferência do Panamá, em 1826. O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas, após uma das mais heroicas lutas emancipadoras do hemisfério ocidental (GORENDER, 2004, p. 301).

As invasões sofridas ao longo de sua história e inúmeras intervenções internacionais são tentativas de negar a soberania haitiana, sempre ameaçada. Depois de 13 anos de uma atuação cercada de controvérsias, a MINUSTAH deixou de existir¹⁹, mas a presença da ONU permanece com a implementação de uma nova missão, a MINUJUSTH – Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti. A mão dos representantes da civilização, ou do controle colonialista, em prol da democracia, permanece fundamentada na ideia de que numa “República negra” é impossível obter sucesso, ainda mais quando esse povo confia seus destinos a deuses pagãos²⁰.

O branco-cristão se apresenta, mais uma vez, como portador do “bem” e único capaz de levar à “salvação”. Enquanto, o povo haitiano é apresentado como historicamente alheio às práticas democráticas, pois diante de governos democráticos, se mostraram inaptos para tal situação, como afirma Dieng, representante da ONU que

afirma seu convencimento de que o Haiti adoece de uma grande falta de cultura democrática, que é preciso reduzir para que se reforce verdadeiramente a democracia e se garanta a estabilidade política no país, que sofre crise após crise desde o restabelecimento da democracia (VASCONCELOS, 2010, p.89).

Partindo dessa perspectiva, é importante refletir o que o professor convidado, Rodrigo Montoya Rojas, apresentou no curso Diversidades, direitos humanos e desafios à democracia na América Latina²¹. Para Montoya Rojas, a democracia é uma ideia e, como tal, é possível estar perto ou longe de sua realização. Na América Latina, há uma carência de espaço de aprendizagem e de vivências de democracia, portanto não se aprende práticas democráticas. As principais instituições onde se dão o desenvolvimento humano - família, religião e sistema educacional - não apresentam estruturas democráticas.

Desse modo, podemos nos perguntar: como pode o Haiti desenvolver democracia nos âmbitos pautados pelo mundo ocidental, se o conceito de democracia, como bem apresentou o professor Montoya Rojas, está associado ao conceito de direitos, que se associa à justiça? E ainda, como esperar que um povo a quem é negado o seu “ser-no-mundo”²² alcance o que não faz parte da sua própria existência?

Como afirma Seitenfus “uma das maiores dificuldades haitianas encontra-se em nós mesmos. Trata-se da profunda ignorância sobre o país caribenho. Há somente um sentimento de comiseração que não é bom conselheiro” (SEITENFUS, 2006, p.15). Mas há ainda a não aceitação do outro, senão, como ser inferior e subjugado às ordens dos “donos do poder”.

NOTAS

¹ Ricardo Seitenfus, chefe do Escritório da OEA no Haiti, em entrevista ao jornal suíço *Le Temps* em 2010.

² Forma pela qual os tainos denominavam o Haiti.

³ Movimento similar aos Quilombos no Brasil.

⁴ As narrativas historiográficas e literárias contam que, após ter o braço decepado, Mackandal foi redirecionado de seus afazeres para o cuidado do gado. A partir de então, tornou-se um *marrom* e liderou a primeira revolta organizada de escravos, no ano de 1740.

⁵ “Juramos destruir os brancos e tudo o que possuem; que morramos se falharmos nessa promessa”.

⁶ Em 1793 a França enviou tropas para assegurar os direitos civis dos livres de cor, evitando, assim, que eles se unissem aos negros escravizados.

⁷ Em 14 de agosto de 1791 aconteceu a cerimônia de *Bois Caïman*, perto de Cap Français (atual Cap Haïtien), em terras da propriedade de Lenormand de Mezy. Trata-se de uma cerimônia vodu, em que Boukman (nascido na Jamaica) oficiava como hougan ou papalou (sacerdote do vodu). No ritual, um porco foi sacrificado e todos bebem o sangue do animal, fazendo juramento de fidelidade à luta. No dia seguinte, plantações e usinas foram incendiadas e muitos brancos foram assassinados. Uma onda revolucionária percorre o país. Boukman foi morto, o corpo queimado, a cabeça dependurada num poste na Praça de Armas de Cap Français, com a inscrição: “*Tête de Boukman, chef des révoltés*”.

⁸ Boukman era um alto sacerdote do Vodou. Como capataz de uma fazenda acompanhava os acontecimentos políticos entre brancos e mulatos e preparava a revolta que visava o extermínio dos brancos e a tomada da colônia.

⁹ Filho de um escravo que vinha de uma linhagem de chefes africanos, que desde a sua chegada se destacou e teve tratamento diferenciado do seu senhor, Toussaint teve como padrinho um velho negro chamado Pierre Baptiste, que lhe ensinou crioulo, francês, latim e geometria.

¹⁰ Haiti ou ayti significa “terras altas” na língua dos taínos, povo que habitava a região antes da chegada de Colombo.

¹¹ “Cortem as cabeças, queimem as casas”.

¹² Uma das línguas oficiais do Haiti, que surgiu de uma mistura do francês com dialetos africanos.

¹³ O termo indigenista aqui refere-se ao nativo dos países asiáticos e africanos.

¹⁴ A resolução 940 trata da autorização para formação de uma força multinacional sob comando ou controle indefinido para restaurar o presidente legitimamente eleito e as autoridades do Governo do Haiti, além de prorrogação do mandato da Missão da ONU no Haiti.

¹⁵ Não há um consenso sobre o número de mortos. A Presidência da República falava em “mais de 220.000”, mas, um ano depois do terremoto, o primeiro-ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, anunciou um número 316 mil pessoas mortas, conforme publicado na página UOL notícias com o título “Um ano após terremoto Haiti aumenta estimativa de mortes para 316 mil”. Esse número é sempre uma estimativa, uma vez que muitos corpos não foram encontrados. Ainda hoje há um sentimento de revolta pela forma como os mortos foram tratados, muitos sendo enterrados em valas comuns sem nenhum esforço de identificação. Para um povo que mantém grande respeito aos mortos e cuidado nos rituais da morte (em algumas regiões do país os parentes mortos são enterrados na frente ou ao lado da casa e para eles são construídas belas catacumbas, pois acredita-se que não deixam de existir), isso soou como grande desrespeito a ancestralidade.

¹⁶ Entrevista a Arnaud Robert publicada no jornal suíço, *Le temps*, em 20 de dezembro de 2010.

¹⁷ Sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes, Franck Seguy realiza uma intensa investigação sobre a atuação do que chama de “Internacional Comunitária” e denuncia os seus propósitos de recolonização do Haiti, aproveitando-se da situação de caos pós terremoto de 2010, colocam em prática, na chamada reconstrução, projetos anteriores.

¹⁸ Segundo informações da embaixada brasileira no Haiti.

¹⁹ Em 12 de abril de 2017 o Conselho de Segurança da ONU decidiu pelo fim da MINUSTAH de forma gradual, finalizando suas operações até 15 de outubro desse mesmo ano.

²⁰ Por ocasião do terremoto, houve diversas declarações que associavam a tragédia natural ao culto vodu. Dentre essas declarações, destacou-se a do cônsul do Haiti no Brasil que, em uma emissora de TV, sem saber que estava sendo filmando afirmou, “Acho que de tanto mexer com macumba, eu não sei o que é aquilo. O Africano em si tem maldição...”. Também um pastor estadunidense deu diversas entrevistas em canais de TV afirmando que o terremoto que aconteceu no Haiti é consequência de um “pacto com o diabo” que a população do país fez para se tornar independente da França: “- Eles [haitianos] se reuniram e selaram um pacto com o demônio. Disseram a ele: “Serviremos a você se nos livrar dos franceses.” A história é verdadeira. E o demônio respondeu: “Está certo!”. Desde então, eles são vítimas de uma série de maldições.”

²¹ Disciplina ministrada dentro do Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos E Outras Legitimidades - DIVERSITAS-FFLCH-USP, no período de março à junho de 2015.

²² Expressão utilizada por Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal no livro Haiti: fenomenologia de uma barbárie.

REFERÊNCIAS

- GALEANO, E. Os pecados do Haiti. **Carta Maior**, 19/01/2010 00:00. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-pecados-do-Haiti/6/15273>>. Acesso em 25 de janeiro de 2015.
- GOENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**. n 18 (50), p. 295-302, 2004.
- HANDERSON, J. Vodou no Haiti – **Candomblé no Brasil**: Identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo Afro-Latino-Americano. Pelotas, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas.
- _____. Diásporas. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- HURBON, L. **O Deus da resistência negra**: o vodou haitiano. São Paulo: Paulinas, 1987.
- ICART, J-C. **Négriers d’eux mêmes** – Essai sur les boat people haïtiens en Floride. Les Editions du CIDIHCA. Quebec: 1987.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

MONTOYA, R. A herança colonial, quinhentos anos depois. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. Vol. 1. n 01, jul-set, 1992. p. 15-31.

NOGUEIRA, F. B. Haiti, lugar da Barbárie e do Terror. In: **Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015. Disponível em < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439737745_ARQUIVO_Haiti,lugardaBarbarieedoTerror_FabianaBezerraNogueira.pdf> . Acesso em 18 de dezembro de 2015.

PATRICE, J. R. **Migrantes haitianos em São Paulo e superexploração da força de trabalho**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. 122f.

PRADO, M. L. A formação das nações latino-americanas. In: PINSKY, J. (Org.) **Discutindo a História**. São Paulo: Atual editora, 1987.

SCARAMAL, E. S. T. **Haiti: Fenomenologia da barbárie**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas, 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

SEITENFUS, R. **Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea**. Carta Internacional, março de 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/josec/Downloads/248-Texto%20do%20artigo-776-1-10-20151003.pdf >. Acesso em 07 de junho de 2015.

VASCONCELOS, A. D. **A MINUSTAH e a Alteridade: Representações e identidades haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010)**. Goiânia, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.

RESUMO

O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil nos colocou diante do desconhecido: o Haiti. Esse desconhecimento tem nos levado ao fortalecimento de preconceitos e xenofobia contra os recém-chegados. Pouco sabemos sobre a história desse país e os caminhos que o conduziram ao título de “país mais pobre das Américas”, constantemente repetido pela mídia brasileira. As imagens de caos, miséria e violência, sempre associadas ao Haiti, o distanciam das ideias de civilidade e democracia exaltadas pelo Ocidente. O Haiti, única República Negra da América, apresenta uma história de conquistas e reconquistas, de inúmeras lutas e muito sangue derramado na tentativa de ser livre. E, ainda hoje, sofre invasões imperialistas e uma grande investida contra a sua soberania em nome de uma ordem econômica e da negação e aceitação do negro como capaz de se autogovernar e de ser o “autor” de sua própria história.

Palavras-chave: Haiti; Democracia; História

ABSTRACT

The recent migratory flow of Haitians to Brazil has put us in front of the unknown: Haiti. This lack of knowledge has led us to strengthen prejudices and xenophobia against the newcomers. We know little about the history of this country and the paths that led it to the title of “the poorest country in the Americas”, constantly repeated by the Brazilian media. The images of chaos, misery and violence, always associated with Haiti, has distanced the country from the ideas of civility and democracy exalted by the West. Haiti, the only Black Republic of America, has a history of conquest and reconquest, countless fights and lots of blood spilled in the attempt to be free. And even today, Haiti suffers imperialist invasions and a great assault against its sovereignty in the name of an economic order and the denial and acceptance of the black people as capable of self-government and being the “author” of their own history.

Keywords: Haiti; Democracy; History